

MÓDULO 2 - Aula 3 -
Requisitos Específicos da
Petição Inicial nos
Procedimentos Especiais

Procedimento Comum X
Procedimentos Especiais

Fora os requisitos do art. 319,
existem outros requisitos
específicos para determinados
tipos de ações

Vamos falar das mais importantes e das
mais usuais

Então, vc deve acrescentar aos requisitos
do art. 319 do CPC todos os requisitos
específicos daquela determinada ação que
você for ajuizar

Dentro do CPC

- 1) Consignação em pagamento

Art. 542 CPC: deve requerer o depósito da coisa ou quantia e a citação do réu para levantar ou oferecer contestação
- 2) Ação de Prestação de Contas

Art. 550 CPC: Na petição inicial, o autor especificará, detalhadamente, as razões pelas quais exige as contas, instruindo-a com documentos comprobatórios dessa necessidade, se existirem.
- 3) Ação de Demarcação: art. 574 CPC

Na petição inicial, instruída com os títulos da propriedade, designar-se-á o imóvel pela situação e pela denominação, descrever-se-ão os limites por constituir, aviventar ou renovar e nomear-se-ão todos os confinantes da linha demarcanda.
- 4) Ação de dissolução parcial de sociedade: art. 599 CPC

§ 1o A petição inicial será necessariamente instruída com o contrato social consolidado.
- 5) Inventário e Partilha: art. 610 CPC

Art. 615 e parágrafo único: O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, no prazo estabelecido no art. 611.
Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.
- 6) Ação Monitória: art. 700 CPC

§ 2o Na petição inicial, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso:

I - a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo;

II - o valor atual da coisa reclamada;

III - o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.

§ 3o O valor da causa deverá corresponder à importância prevista no § 2o, incisos I a III.

§ 4o Além das hipóteses do art. 330, a petição inicial será indeferida quando não atendido o disposto no § 2o deste artigo.
- 7) Ação para Homologação do penhor Legal: art. 703 CPC

§ 1o Na petição inicial, instruída com o contrato de locação ou a conta pormenorizada das despesas, a tabela dos preços e a relação dos objetos retidos, o credor pedirá a citação do devedor para pagar ou contestar na audiência preliminar que for designada.
- 8) Ação para Restauração de Autos: art. 712 CPC

Art. 713. Na petição inicial, declarará a parte o estado do processo ao tempo do desaparecimento dos autos, oferecendo:

I - certidões dos atos constantes do protocolo de audiências do cartório por onde haja corrido o processo;

II - cópia das peças que tenha em seu poder;

III - qualquer outro documento que facilite a restauração.
- 9) Tutela Cautelar requerida em caráter antecedente

é a antiga "Ação Cautelar Preparatória"

Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

§ 1o O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.

§ 2o A causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.
- 10) Tutela Antecipada requerida em caráter antecedente (novidade do CPC)

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 1o Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:

I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;
- 11) Usucapião

É necessário mencionar e qualificar todos os confinantes do imóvel que se pretende usucapir, pois o art. 246, § 3º, CPC, exige a citação de todos

Juntar sempre a matrícula do bem imóvel e o memorial descrito, para a perfeita individualização do bem
- Ação de Alimentos

Prova da filiação
- Alimentos gravídicos

Prova do relacionamento
- Mandado de Segurança

direito líquido e certo; o ato taxado de ilegal (não comporta dilação probatória)

Fora do CPC

O Mais importante é estudar o
tipo de ação antes de finalizar a
inicial, para não deixar de
cumprir nenhum requisito